

tribuna da

# CIDADE

POR AROLDO SATAKE



Deputado distrital pelo PDS

## Águas Claras e área rural

A participação do Distrito Federal no volume comercializado de hortigranjeiro é de apenas 30%, sendo que os outros 70% são importados de outros estados. Isto, por falta de uma política agrícola mais ampla e mais objetiva e que realmente atenda às necessidades daqueles que se propuseram trabalhar a terra para que possamos ter diariamente em nossas mesas um alimento tão importante à nossa saúde.

Dentre os muitos núcleos e colônias rurais criadas para assentar os trabalhadores agrícolas, merece destaque especial as colônias Águas Claras, Vicente Pires, Samambaia, Governador, Vereda da Cruz, Arniqueira, Marcílio Sanches e Comunidade Urbano Rural, que integram o Projeto Águas Claras, implantado no polígono formado pelas vias Estrada Parque Ceilândia, Estrada Parque Núcleo Bandeirante e cidades-satélites de Taguatinga e Guará I e II. Essa região é uma das pioneiras na produção agrícola do Distrito Federal, pois já produzia hortifrutigranjeiro antes mesmo da inauguração de Brasília.

Durante os últimos 30 anos, os vários governos que passaram por Brasília promoveram estudos para a redistribuição das áreas ocupadas desordenadamente. Mas somente em 1983, após concluído o estudo preliminar das áreas rurais e de interesse ambiental do Projeto Águas Claras, por um grupo de trabalho com participação de técnicos da Secretaria de Viação e Obras, Secretaria de Agricultura, Companhia de Água e Esgoto de Brasília, é aprovado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do DF, quando governador o nosso companheiro José Ornellas, deu-se início à demarcação, pela Fundação Zoobotânica, das chácaras existentes na região. Esse processo foi concluído somente em 1988, após novo estudo, feito por uma comissão formada por técnicos do Departamento de Urbanismo, Companhia Imobiliária de Brasília, Secretaria Extraordinária para Assuntos de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Companhia de Eletricidade de Brasília, Companhia de Água e Esgoto de Brasília, Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e Associação dos Produtores Rurais do Projeto Águas Claras e

aprovado pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente, respeitando também o disposto no Estatuto da Terra, quanto ao tamanho dos lotes.

É evidente que o cidadão que simplesmente transita pelas vias de escoamento de massa como EPTG e Via Estrutural etc., não pode ter idéia lúcida e justa acerca destas colocações. A verdade a respeito dos chacareiros do Projeto Águas Claras só pode ser colhida por aqueles que palmitam e convivem com o projeto. Todas as pessoas que realmente conhecem este projeto e são isentas de preconceitos e não eivadas de segundos propósitos concluem que este é um autêntico modelo de reforma agrária, onde o Governo não gastou com eletrificação rural, abertura de estradas, correção e conservação do solo, implantação de rede telefônica, dentre outros. É preciso observar, ainda, que o Governo não deu terra, ele está regularizando o direito de posse.

Achou por bem o Governo à época colocar um desafio aos produtores de transformar aquelas terras áridas, de verdadeiro esconderijo de marginais, em áreas produtivas. E assim realizou-se ali o assentamento dessas famílias oriundas das demais colônias agrícolas do Projeto Águas Claras e proximidades de Taguatinga, Guará e Núcleo Bandeirante. Não sendo suficiente, o Governo providenciou expansão, ainda, nas colônias que foram possíveis. Todos os assentamentos foram criteriosamente implantados e desenvolvidos pelos órgãos competentes do Governo conforme documentos que estão comigo.

Ressalve-se, finalmente, que se não bastasse a importância social que o referido projeto já comprovou, veríamos pela necessidade de cinturão verde que está se consolidando com a preservação dos mananciais num verdadeiro equilíbrio — ecossistema, formando um pulmão de oxigenação para as cidades próximas. É preciso só se falar com conhecimento de causa, pois muitos são os fatores que imperram a produção no setor rural do Distrito Federal.

Como podem observar, o assentamento dos produtores rurais no Projeto Águas Claras não foi feito aleatoriamente, como também foi criterioso o processo de arrendamento das áreas, só concedido a pessoas com real capacidade de trabalhar a terra ou investir na produção agrícola. A importância dessa atividade levou o atual Governo a determinar estudos no sentido de promover a posse definitiva da área a todos os que estão cumprindo a finalidade do projeto, pois a atual situação de arrendatário tem dificultado os produtores na obtenção de financiamento para a compra de insumos, máquinas agrícolas e sistemas de irrigação, visando aumentar a produção. Ao mesmo tempo, um levantamento indicará que quem não estiver produzindo ou estiver promovendo a exploração imobiliária terá sua área retomada pela Fundação Zoobotânica, o que achamos justo.

Por essas razões, entendemos que estas áreas devam ser mantidas como áreas rurais e que áreas urbanas devam ser criadas em locais que não prejudiquem um segmento tão importante para a vida da cidade.